

Cultura Política

Uma leitura interdisciplinar

Franz-Wilhelm Heimer*

Jorge Vala**

José Manuel Leite Viegas***

Resumo: Os processos de transição de regimes ditatoriais para democracias parlamentares, em Portugal e noutros países, contribuíram para suscitar um novo interesse pelo estudo da cultura política. Porém, a utilização deste conceito obriga hoje a uma sistemática clarificação prévia do quadro conceptual e do modelo analítico em que se insere. Haverá que atender às insuficiências surgidas no debate e na aplicação da proposta almondiana, lançada há cerca de trinta anos, e simultaneamente considerar outras abordagens do campo simbólico-ideológico entretanto formuladas em diversas áreas das ciências sociais. Nesta perspectiva, o artigo procede a um levantamento das principais dificuldades, insuficiências e possibilidades verificadas no debate teórico, definindo a seguir uma posição própria, consubstanciada num quadro conceptual e correspondentes pressupostos teóricos.

Introdução

A passagem de um regime ditatorial (fascista, autoritário) para um regime democrático pluralista que marca a história presente em Portugal constitui tudo menos um processo singular, impondo, desde logo, comparações com as "transições para a democracia" noutros países da Europa Mediterrânea e da América Latina¹ e, a um nível de maior redução, com diferentes tipos de transição noutras partes do mundo e/ou épocas históricas. Tal perspectiva comparativa, indispensável inclusive e precisamente quando a preocupação é a de fazer ressaltar as especificidades do país sob exame, obriga a focar um aspecto de importância fundamental, mas até à data pouco estudado por quantos procuraram analisar o "caso português", a saber, a "dimensão subjectiva" do processo

* Docente do ISCTE, investigador no CIES e no Arnold-Bergstraesser-Institut de Freiburg/RFA

** Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, docente do ISCTE, investigador no CIES.

*** Docente do ISCTE, investigador no CIES

político. Por outras palavras, a maneira como a população "pensa", "vê" e "vive" a esfera do político, a recente mudança de regime e o actual funcionamento do sistema². Com efeito, e apesar das obrigatórias ressalvas de ordem teórica e empírica³, não está em dúvida a necessidade de investigar a relação entre esta "dimensão subjectiva" e a transformação e o funcionamento do sistema político - quer para estabelecer a codeterminação dos últimos pela primeira, quer para analisar a correspondência entre ambos, quer ainda para verificar as eventuais potencialidades "subjectivas" para mudanças políticas de maior ou menor envergadura.

Ora, as pesquisas que nesta perspectiva se afiguram urgentes, confrontam-se de imediato com a necessidade de investir esforços consideráveis na escolha e definição dos seus instrumentos analíticos⁴. Se a problemática em causa é pouco estudada em (e com respeito a) Portugal, ela constitui, no quadro da "produção científica internacional", uma área caracterizada por uma discussão teórica muito complexa e controversa, e por um volume extraordinário de investigação empírica. O seu eixo central - embora de maneira alguma único - é o que se prende com o conceito de cultura política⁵.

Recorrendo a uma expressão utilizada por Max Weber⁶, este conceito foi lançado, a partir dos anos cinquenta, por um conjunto de autores norteamericanos, entre os quais se destacam Gabriel Almond, Sidney Verba e Lucian Pye⁷. Os debates e estudos promovidos por estes autores abriram, no quadro da ciência política e da sociologia política, uma nova perspectiva de análise e investigação que, nos anos sessenta, produziu uma literatura teórica considerável⁸ e presidiu a um número impressionante de pesquisas empíricas sobre países situados em todas as latitudes⁹.

Paralelamente manifestaram-se, no entanto, posições de reserva em relação aos termos em que a perspectiva havia sido proposta, nomeadamente às suas conotações normativas¹⁰, à forma como estabelecia correspondências entre culturas políticas e estruturas políticas e sociais¹¹, ao paradigma individualista subjacente¹², às limitações das metodologias adoptadas e, por último mas não menos importante, a deficiências na construção formal do modelo analítico, sobretudo do próprio conceito de cultura política¹³. O debate permitiu ampliar e diferenciar muito significativamente a perspectiva, identificando um vasto conjunto de preocupações analíticas, mas não conseguindo aproveitar as diferentes contribuições para a construção de uma abordagem teórica "abrangente" que as tivesse integrado de forma satisfatória. O insucesso dos esforços empreendidos neste sentido conduziu, nos anos setenta, a uma certa estagnação da reflexão teórica¹⁴ e a uma diminuição sensível dos estudos empíricos sobre cultura política.

Na década dos anos oitenta, crises de regimes políticos verificadas em diferentes países - entre outras, as "transições para a democracia", acima aludidas - suscitaram um novo interesse pelas problemáticas focadas no debate acerca da "cultura política". Alguns estudos tentaram relançar a elaboração de uma abordagem plenamente satisfatória para todo o campo¹⁵, enquanto volta-

ram a multiplicar-se as pesquisas sobre realidades específicas¹⁶. Focando aspectos parcelares e/ou não definindo a perspectiva teórica adoptada¹⁷, a maior parte destes trabalhos enriquece o debate pela introdução de hipóteses empíricas novas, mas pouco contribui para atingir os objectivos teóricos não alcançados na fase anterior. Os raros estudos que se fixam neste último objectivo, apresentando propostas teóricas globais, parecem não ter (ainda) obtido impactes muito significativos¹⁸. Apesar disto, o campo da cultura política está hoje em pleno florescimento, sendo difícil ignorar a sua importância e as suas potencialidades.

No entanto, manter um campo teórico designado pelo termo "cultura política" a longo prazo só faz sentido desde que se criem as condições para uma efectiva e consequente acumulação de conhecimentos científicos nesta área¹⁹. Isto supõe que seja atingido um consenso mínimo sobre o objecto teórico instaurado pelo conceito de cultura política, sobre o seu âmbito, a sua estrutura fundamental e as suas dimensões essenciais. Alcançar tal objectivo não parece hoje impossível, desde que se cumpram duas condições. A primeira é a opção por um conceito de cultura política rigorosamente "despojado", ou seja, reduzido aos vectores que, num balanço sóbrio do debate, surgem como nucleares. A segunda é a integração, na construção deste conceito e na escolha dos pressupostos teóricos correspondentes, de contribuições cuja relevância para este campo parece incontestável, mas que até hoje foram marginalizados pelo debate principal.

O estudo da "dimensão subjectiva" dos processos políticos contemporâneos em Portugal (ou noutros países) terá, naturalmente, de levar em conta, de forma sistemática, o contexto complexo que atrás ficou esboçado. Trata-se não apenas de definir a(s) sua(s) linha(s) de indagação e modelos analíticos, aferindo-os por meio de uma selecção informada, mas trata-se igualmente de tomar posição face às diferentes estratégias tornadas possíveis (ou sugeridas) pela produção científica em causa.

O presente texto procura apresentar uma posição teórica estruturada que corresponda a ambas as exigências, optando, quanto à segunda, por uma tentativa de contribuir, através de propostas concretas de aperfeiçoamento do instrumentário analítico existente, para a elaboração de uma abordagem capaz de recolher o consenso mínimo, acima mencionado.

Com este intuito far-se-á, num primeiro tempo, um levantamento sistemático dos principais pontos de controvérsia e de omissão que emergiam no debate teórico sobre cultura política. Num segundo tempo, apresentar-se-á uma definição de um quadro conceptual que, para além de observar o necessário rigor formal, procurará garantir a maior flexibilidade possível, no sentido de permitir uma fácil desagregação dos objectos teóricos e empíricos, e a formulação sistemática de indagações sobre todos os aspectos relevantes destes objectos e as suas interconexões. Num terceiro tempo, e obedecendo às mesmas preocupações, formular-se-ão os pressupostos que se afiguram indispensáveis para a construção de um modelo analítico adequado.

Tendo em consideração, de maneira compreensiva embora crítica, a corrente central do debate sobre cultura política, acima referido, a presente proposta parte, ao mesmo tempo, da necessidade de recorrer a contribuições de diferentes áreas da antropologia, psicologia social e sociologia que, até à data, não foram rentabilizadas neste debate. Trata-se em primeiro lugar da psicologia social, mais especificamente da psicologia social cognitiva, que se centra nos processos de interacção através dos quais os indivíduos constroem a realidade social²⁰. Em segundo lugar, consideram-se as correntes da sociologia que procuram apreender as relações entre as estruturas sociais "objectivas" e aquelas que são "subjectivamente" construídas; neste contexto - e para além da vasta literatura sobre socialização que, em parte, já foi incorporada no debate sobre cultura política - afiguram-se particularmente importantes os autores que focam as estruturas simbólico-ideológicas das sociedades²¹ bem como algumas vertentes da sociologia do conhecimento²². Em terceiro lugar, levam-se em conta algumas correntes da antropologia social que equacionam a "cultura" numa perspectiva cognitiva e simbólica²³.

Ponto controversos e omissos

As recentes tentativas de identificar os mais importantes pontos controversos, no quadro do debate teórico sobre cultura política em curso desde há três décadas, convergem para destacar um número bastante limitado de questões centrais²⁴. Ao mesmo tempo, permitem identificar alguns aspectos que foram negligenciados na corrente principal do debate, mas são focados pelas correntes acima referidas.

(1) A questão fundamental é a que diz respeito ao *alcance do conceito de cultura política*, ou seja, o leque de aspectos abrangidos por este conceito analítico. A grande maioria dos autores usa o conceito exclusivamente para designar a "dimensão subjectiva da política". Este entendimento do conceito transparece, desde logo, na obra-chave de Gabriel Almond & Sidney Verba que se referem a "orientações especificamente políticas"²⁵ e teve uma aceitação amplamente dominante: quer a definição do conceito se reporte a sistemas de crenças e teorias implícitas²⁶, quer a "conjuntos de atitudes, crenças e sentimentos"²⁷, quer ainda ao "sistema de crenças e de significações politicamente pertinentes"²⁸, é sempre a perspectiva dos agentes sociais que se pretende focar²⁹. No entanto, alguns autores englobam no conceito de cultura política uma dimensão tida como "objectivamente" existente na estrutura social, com funções de regulação das instituições políticas. A cultura política seria assim construída a partir da análise do funcionamento das instituições políticas e das práticas políticas reiteradas e características de uma dada formação social. Isso mesmo transparece em Lucian Pye quando diz que "a cultura política fornece uma orientação para o comportamento político efectivo, dotando a colectivi-

dade de uma estrutura sistemática de valores e considerações racionais que garantem a coerência no funcionamento das instituições e organizações³⁰. Embora com múltiplas formulações, esta perspectiva transparece em obras como as de Bertrand Badie, Léon Dion, Margaret Herman e Glenda Patrick³¹.

(2) Uma questão estreitamente ligada à anterior diz respeito à inclusão ou não dos *comportamentos políticos* no conceito de cultura política. Se a definição almondiana, seguida pela maioria dos autores, vai no sentido de uma não inclusão ou, por outras palavras, de uma distinção analítica entre a "visão" da esfera do político e os comportamentos efectivos observáveis neste domínio, é de registar que ao longo dos anos aparecem sempre defensores da inclusão das práticas políticas, a título de componentes constitutivos, na cultura política³².

(3) Um ponto também frequentemente relacionado com os dois acima listados é o das relações entre cultura política e estruturas políticas. Em muitos casos reina uma certa ambiguidade entre uma concepção onde a cultura política aparece como parte das estruturas políticas (do sistema político, da esfera do político), e outra onde é vista como uma "macro-variável" distinta que permite explicar (parcialmente) as cristalizações institucionais do sistema político e o seu funcionamento³³.

(4) Algo surpreendentemente, o debate expressamente referido ao conceito de cultura política via de regra não instituiu como problema teórico explícito e central o da relação entre a dimensão subjectiva da política e a dimensão subjectiva de outras esferas da sociedade, ou da sociedade como um todo, muito embora exista uma significativa investigação empírica sobre a matéria³⁴. Este facto é tanto mais notável quanto esta relação constitui uma preocupação central de muitos antropólogos, psicólogos sociais e sociólogos³⁵.

(5) Quanto às relações entre *cultura política* e *estruturas sociais*, praticamente todos afirmam uma conexão no sentido de as segundas condicionarem a primeira. As divergências surgidas no debate principal separam os autores que atribuem a esta conexão o carácter de uma determinação linear, negando por conseguinte o valor explicativo da cultura política³⁶, de outros para os quais as esferas do político e do simbólico-ideológico possuem uma "relativa autonomia" face às estruturas sócio-económicas. No seio destes últimos, provavelmente majoritários, evidencia-se uma considerável diversidade de posições que se devem, acima de tudo, à variedade de leituras da estrutura social. A clivagem mais significativa expressa opções meta-teóricas opostas: enquanto autores como o próprio Gabriel Almond, seguidores do paradigma da harmonia (na sua versão sistémica ou não), se limitam a constatar "co-ocorrências" entre certas estruturas sociais e determinadas culturas políticas, outros, inspirados pelo paradigma do conflito, falam em relações assimétricas de poder social que se reflectem a nível das culturas políticas (dominantes vs. marginais)³⁷. Merece destaque o facto de, neste contexto, uma atenção muito limitada ter sido dedicada aos mecanismos e processos de mediação entre as estruturas sociais "objectivas" e a dimensão subjectiva da política (e da sociedade em geral). Nos casos em que esta mediação é focada, o conceito de socialização política é o

único que surge, e é normalmente usado por forma mais ou menos difusa - o que não impede posições que atribuem ao processo de socialização um papel totalmente determinante na formação da cultura política³⁸.

(6) O debate teórico sobre o ponto anterior está muitas vezes ligado ao debate sobre a relação entre *cultura política* e *cultura* - o qual, por sua vez, se transforma frequentemente num debate sobre *cultura e política*³⁹. A discussão destas questões tem sido extraordinariamente heterogénea, principalmente devido à grande pluralidade de significados e conotações atribuídos ao termo "cultura". As controvérsias aqui surgidas possuem, por conseguinte, uma enorme complexidade e não instauram um problema teórico único e preciso, mas uma diversidade de problemáticas que não é possível sintetizar no presente contexto.

(7) Quer o comportamento político seja considerado como abrangido pelo campo designado pelo conceito da cultura política, quer se defenda a necessidade de uma separação analítica, há que tomar posição sobre a questão da relação entre comportamento efectivo e o que se passa "na mente das pessoas". A tendência largamente dominante no debate tem sido a de considerar - frequentemente de maneira implícita - o comportamento político (e, eventualmente, o funcionamento do sistema político no seu conjunto) como determinado de maneira mais ou menos linear - embora numa medida variável - por crenças, valores, etc.. Uma posição diferenciadora é assumida por Yves Schemel que recorre ao conceito da "situação" para introduzir factores concorrenciais à cultura política (no sentido de "dimensão subjectiva"), na determinação dos comportamentos políticos⁴⁰. Toca-se aqui uma problemática geral vivamente discutida pela psicologia social contemporânea, a saber, em que medida e condições o comportamento é o resultado de atitudes, crenças etc., e em que medida e condições é determinado por constelações "situacionais" fora do controlo do indivíduo ou grupo⁴¹.

(8) O ponto anterior conduz directamente à questão da "*durabilidade*" da *cultura política*. Esta questão que, na corrente principal do debate sobre cultura política, surge inicialmente em termos meramente metodológicos, na crítica à técnica do inquérito tal como foi lançada por Gabriel Almond e Sydney Verba, lavanta o problema da distinção teórica (analítica) entre opiniões "situacionais" e crenças, atitudes etc. "estáveis". A terminologia utilizada no quadro do debate aqui referido revela-se a este respeito bastante fluida⁴², não oferecendo respostas óbvias à interrogação de saber quais seriam as categorias conceptuais adequadas para tornar a distinção em causa teoricamente coerente, e operacional para a investigação empírica. De qualquer modo, a tendência dominante parece ser a de considerar a cultura política como uma constelação de orientações tributárias do "tempo longo", excluindo do âmbito do conceito as manifestações atribuíveis ao "tempo curto"⁴³. Neste contexto surgiu, entretanto, uma divergência entre autores que consideram a cultura política como praticamente inalterável, e outros que a vêem sujeita a uma mudança permanente, embora

(geralmente) lenta - um ponto que também mereceu uma atenção bastante marginal no debate central⁴⁴.

(9) O problema das categorias conceituais adequadas põe-se também, e com particular acuidade, quando se trata de *estruturar o campo da cultura política* em termos de um número finito de dimensões, e de agregar em torno destas dimensões conceitos pertencentes a níveis de menor redução analítica. Esta tarefa tem vindo a revelar-se de tal modo difícil que numerosos autores puseram a questão de saber se "macro-conceitos" desta natureza podem ou não ser definidos por forma a tornarem-se ferramentas analíticas úteis⁴⁵. A resposta tem algumas vezes consistido na posição de propor que se considere o termo "cultura política" como um mero rótulo usado para designar um campo temático. No entanto, a possibilidade e a necessidade de encarar a cultura política como um conceito analítico operacionalizável continuam a ser fortemente defendidas⁴⁶.

(10) Um outro ponto problemático, ligado tanto à questão de alcance e estrutura do conceito de cultura política quanto à relação entre cultura política e estrutura social diz respeito à ancoragem social da cultura política: nos indivíduos, nos grupos sociais, nas formações sociais ou em todos estes níveis⁴⁷. Embora haja nesta discussão uma forte incidência de outras questões não resolvidas, de ordem teórica e metodológica, que tornam a convergência de posições particularmente difícil, a posição hoje dominante parece ir no sentido de considerar que a cultura política pode ser estudada a diferentes níveis de análise, mas que não tem sentido, no quadro das ciências sociais, o seu exame a nível puramente individual.

(11) Finalmente há que referir a muito debatida questão do carácter analítico ou normativo do conceito de cultura política. Tal como o conceito foi inicialmente lançado, especialmente por Gabriel Almond e Sidney Verba, compreendia maciças conotações normativas, no sentido de uma preocupação com "bons" ou "maus" padrões de cultura política⁴⁸. Este tipo de uso continua a verificar-se ocasionalmente, mas sobretudo no discurso de "elites políticas", enquanto nas ciências sociais a preferência quase exclusiva vai, entretanto, para conceitos de natureza estritamente analítica.

Esta listagem, inevitavelmente esquemática e redutora, dos principais pontos controversos ou omissos no debate sobre cultura política, ilustra bem a complexidade da problemática teórica que é necessário levar em conta na definição de qualquer modelo analítico neste domínio.

Quadro conceptual

O "estado da arte" atrás esboçado obriga a opções que, algumas vezes, podem parecer elementares a quem não participou do debate. Torna-se, porém, indispensável formulá-las de maneira explícita e sistemática, constituin-

do-as num conjunto coerente, se a intenção é a de ultrapassar uma situação caracterizada, até à data, por uma notável falta de precisão teórica, e por todo o tipo de deficiências daí resultantes. Noutros casos, impõem-se opções complementares por parte de quem define uma perspectiva de indagação específica.

Uma opção fundamental de ordem "estratégica", ditada pela decisão a favor de um conceito de cultura política "despojado", é a de construir um quadro conceptual por forma a captar pelo conceito de cultura política apenas o objecto analítico nuclear situado no centro do campo designado por este termo. Aspectos analíticos que não fazem parte deste objecto teórico central serão captados por meio de conceitos analíticos outros que não o de cultura política - o que não impede, mas ao contrário facilita o exame das suas interrelações com o objecto central.

As opções mais específicas adiante adoptadas decorrem desta estratégia global ou são compatíveis com ela.

(1) Considera-se a cultura política como *conceito analítico* susceptível de operacionalização na pesquisa empírica, rejeitando assim o uso do termo para designar simplesmente uma área temática⁴⁹.

(2) Com respeito ao alcance do conceito de cultura política, a opção é de entender cultura política, exclusivamente, como pensamento social sobre a esfera do político⁵⁰ e, neste sentido preciso, como dimensão subjectiva da política (ou ainda como dimensão simbólico-ideológica da política, apreendida pelo lado subjectivo dos agentes sociais).

Este parece ser o único caminho para evitar uma abrangência tão extensiva do significado de cultura política que a construção de um conceito analítico se torne impossível. A não inclusão de aspectos estruturais (de nível socioeconómico ou político) e comportamentais no conceito de cultura política não significa, de modo algum, que esses aspectos devam ser excluídos da reflexão e investigação sobre cultura política, constituindo, pelo contrário, uma distinção analítica que permite um exame mais adequado das interrelações empíricas entre estes aspectos e a "dimensão subjectiva" da política⁵¹.

(3) Qualquer definição de um conceito analítico de cultura política requer uma clarificação do *nível de redução* em que este conceito se situa. Tal nível pode ser determinado por referência a alguns conceitos, propostos nesta ou noutra área para designar aspectos aqui incluídos - no todo ou em parte - no conceito de cultura política. Referências úteis neste sentido parecem ser, principalmente, os conceitos de *habitus* de Pierre Bourdieu, e de *cultura* no sentido específico que lhe é dado por Clifford Geertz⁵². A cultura política pode ser vista como um conceito localizado ao mesmo nível de redução analítica deste tipo de conceitos.

(4) O conceito de cultura política tem de ser definido/operacionalizado com recurso a outros conceitos, situados a níveis de menor redução e focando, cada um, parcelas do leque total de aspectos abrangidos pelo conceito de

cultura política. Estes conceitos de nível "inferior" captarão, assim, dimensões do conceito de cultura política.

Parece útil, num primeiro passo, definir a cultura política como articulação de representações sociais ou de estruturas simbólico-ideológicas referidas à esfera do político⁵³. Expresso em termos correspondentes a um nível de menor redução, quer as estruturas simbólico-ideológicas, quer as representações sociais compreendem crenças, explicações, atitudes, valores e conações (esquemas de acção). Estes últimos conceitos apontam, de imediato, para o segundo passo de definição/operacionalização que terá de consistir na definição das dimensões da cultura política sob a forma de uma taxonomia. Trata-se, por outras palavras, de estabelecer categorias mutuamente exclusivas que em conjunto abrangam a totalidade das estruturas simbólico-ideológicas referidas à esfera do político.

A construção de uma taxonomia deste tipo terá que ter em atenção, de maneira sistemática, a investigação teórica e empírica levada a cabo, nas duas últimas décadas, no âmbito da psicologia social cognitiva. Ora, esta investigação confirma, parcialmente, a taxonomia almondiana - até hoje dominante na corrente principal do debate - que distingue as dimensões cognitiva, avaliativa e afectiva⁵⁴, recomendando, no entanto, as modificações (diferenciações, complementos) constantes do seguinte esquema:

- *Dimensão cognitiva*: Esta dimensão coincide, em princípio, com a dimensão correspondente na taxonomia almondiana, impondo-se, no entanto, algumas precisões. Em particular, "cognitivo" não implica aqui um mero reflexo da realidade material e social na mente dos indivíduos, mas uma activa "produção de sentido" e "organização significativa do real"⁵⁵. Os conceitos de nível inferior de redução, abrangidos por esta dimensão, são, principalmente, as crenças e as explicações (atribuições de causalidade).

- *Dimensão avaliativa-afectiva*: Esta categoria compreende, terminologica e substantivamente, dois aspectos analíticos que aparecem como duas dimensões diferentes na abordagem almondiana. A junção destes dois aspectos que aqui se opera não é motivada por problemas de distinção teórica, mas pelas dificuldades de uma operacionalização separada. Os conceitos de menor redução, correspondentes a esta categoria analítica, são os valores e as atitudes, considerando-se estas últimas como reacções simultaneamente avaliativas e emocionais.

- *Dimensão conativa*: Esta é uma categoria totalmente ausente da construção teórica sobre esta matéria, no quadro do debate principal sobre cultura política, mas de crescente importância em psicologia social⁵⁶. O termo "conativo" refere-se a padrões de possível comportamento, em "reserva latente" nos indivíduos ou grupos - por outras palavras, "programas" ou "esquemas de acção". Tais "esquemas de acção" não são, portanto, comportamentos efectivos, mas intenções de acção.

No sentido preciso aqui definido, a cultura política é, pois, entendida como o conjunto ou padrão das crenças, explicações, valores, atitudes e esquemas de acção referidos à política⁵⁷.

(5) No tocante à questão da *sedimentação da cultura política* adopta-se uma posição relativamente flexível: enquanto se excluem do conceito as opiniões meramente situacionais, admite-se que o grau de sedimentação das crenças, atitudes etc. possa ser variável, e que possa fazer sentido incluir na cultura política estruturas simbólico-ideológicas de natureza mais conjuntural - desde que se entenda este adjectivo no sentido de conjunturas históricas.

(6) Esta definição e operacionalização do conceito é omissa quanto aos sujeitos sociais que são os "portadores" da cultura política. No sentido da abordagem que se pretende propor, é importante sublinhar que é passível de aplicação aos grupos sociais, tanto "horizontais" (classe, estrato, grupo etário etc.) quanto "verticais" (etnia, comunidade religiosa, comunidade linguística etc.). No mesmo sentido, o conceito pode ser utilizado para a análise de formações sociais globais ("nacionais", "regionais" etc.). A escolha da unidade de análise dependerá da perspectiva de indagação seguida, das premissas teóricas adoptadas no que se refere à génese do pensamento social dos agentes sociais, e das hipóteses empíricas retidas quanto às estruturas específicas (e à sua relevância).

(7) Em qualquer dos casos, a definição obriga imediatamente a ver a cultura política como parte de algo mais vasto. Os indivíduos e grupos sociais têm estruturas simbólico-ideológicas não somente em relação à política mas também com respeito a outras esferas da sociedade, e à sociedade no seu todo. Neste sentido, as estruturas simbólico-ideológicas referidas, por exemplo, à religião ou ao trabalho, poderão ser designadas como "cultura religiosa" e "cultura laboral", respectivamente, e empiricamente poder-se-ão encontrar estruturas simbólico-ideológicas referidas simultâneamente a estas esferas e à da política.

Como consequência, faz sentido falar numa *cultura societal*, isto é, o conjunto das estruturas simbólico-ideológicas ou representações sociais referidas à sociedade no seu todo, e considerar a cultura política como parte da cultura societal⁵⁸.

A cultura política, tal como outras partes da cultura societal, será, por conseguinte, analiticamente delimitada em função da área específica a que se refere - no caso, os "objectos políticos". As diferentes partes da cultura societal terão de ser consideradas como relativamente autónomas, ficando, porém, entendido que só analiticamente existe uma delimitação inteiramente clara e precisa entre, por exemplo, a cultura política e a cultura societal.

O conceito de cultura societal será, neste quadro, estruturado da mesma forma que o de cultura política, no que concerne ao nível de redução e à taxonomia das dimensões. A delimitação de partes "relativamente autónomas" da cultura societal, inclusivé a de cultura política, será função da forma e do

grau de diferenciação da sociedade em causa, dependendo, por outras palavras, das virtualidades analíticas e empíricas dessas distinções.

(8) Organizar um quadro conceptual para o domínio da cultura política exige, obviamente, uma clarificação do que se entende por *política*. Esta necessidade é sublinhada e, ao mesmo tempo, especificada pelo que acima ficou dito a propósito da cultura societal. A introdução deste conceito permite formular a questão em termos da definição dos objectos teóricos que distinguem a cultura política como parte relativamente autónoma da cultura societal. E é da definição e escolha desses "objectos políticos" que derivarão critérios essenciais para a operacionalização do conceito de cultura política.

A separação analítica entre esfera do político e a restantes sociedade pode ser feita de diferentes modos, sendo importante estabelecer que a política não pode ser "ontologicamente" segregada da sociedade, mas terá que ser vista como algo que abrange a sociedade toda, ou, noutra linguagem, como um nível em que a sociedade funciona⁵⁹.

Seguindo o critério acima enunciado de uma delimitação das esferas em função da estrutura básica da sociedade em causa, parece aceitável, no caso de sociedades do tipo das europeias, definir a política como a esfera da sociedade onde os actores interagem em ligação mais ou menos directa com o Estado enquanto instância de atribuição de recursos materiais e simbólicos⁶⁰. O termo "sistema político" pode ser utilizado, heurísticamente, para designar a esfera do político, assim definida.

Uma vez que a cultura política é considerada como o conjunto das estruturas simbólico-ideológicas reportadas à política, a sua operacionalização, para além do ponto até aqui alcançado, terá de fazer-se em função da estrutura do objecto teórico assim delimitado - mais concretamente, em função de actores, processos e símbolos políticos. Na categoria dos actores incluem-se os agentes sociais individuais, os grupos sociais, as organizações especificamente vocacionadas para a mediação política (nomeadamente os partidos políticos) e, finalmente, o núcleo institucional que poderia designar-se como sistema constitucional (parlamento, governo, presidente do Estado, órgãos judiciais supremos) e o aparelho administrativo de Estado. No que respeita aos processos políticos, o esquema *input-output* parece passível de fornecer uma grelha capaz de ordenar, embora a um título não inteiramente satisfatório, categorias como a da articulação de interesses, da conversão de interesses em decisões (alocações autoritativas), da implementação de decisões, da mobilização de apoio etc..

(9) É também óbvio que um quadro conceptual para a cultura política tem de especificar a maneira como equaciona as estruturas sociais. Uma primeira razão para isso é a necessidade de estabelecer melhor qual o objecto teórico a que se refere a cultura societal. A segunda e principal razão deriva do pressuposto teórico, adiante discutido, de que a cultura política se gera, numa medida significativa, a partir da trama das relações sociais, ou da estrutura das práticas sociais.

Dado o estado de transição em que se encontram, actualmente, os modelos teóricos referentes à estrutura social, e tendo em consideração que o aspecto mais pertinente para estudos de cultura política é o das relações sociais de poder, parece oportuno concentrar-se nas clivagens sociais produzidas por práticas económicas, políticas e culturais⁶¹. Na abordagem aqui proposta, a estrutura social aparece, por outras palavras, sob o ângulo da inserção dos indivíduos na estrutura de produção (distribuição, consumo) de bens e serviços, na estrutura do poder político e na "ordem cultural".

(10) Por fim, impõe-se a inclusão explícita na abordagem das *posições sociais subjectivas*, ou seja, a maneira como as clivagens sociais (ou inserções sociais "objectivas") são vistas, construídas e até vividas pelos indivíduos⁶². A razão reside, novamente, num pressuposto adiante discutido - no caso, o da função constitutiva de mediação entre inserções sociais "objectivas" e cultura societal/política, exercida pelas posições sociais subjectivas.

Neste contexto, a categoria analítica mais importante é a das identidades sociais, ou seja, da "pertença" (ou "não pertença") subjectiva dos indivíduos a grupos sociais. A estas identidades pode (e deve) ser atribuída a função de mediação, atrás referida, na medida em que os indivíduos e grupos sociais são concebidos como tendo um papel activo na construção das suas identidades sociais, de modo que estas não são consideradas como meros reflexos das estruturas sociais "objectivas"⁶³. Outras categorias analíticas cuja utilização pode ser pertinente, neste contexto, são as de estrato social subjectivo e de privação relativa⁶⁴.

Pressupostos e hipóteses

O quadro conceptual acima definido permite uma selecção criteriosa e formulação precisa de pressupostos (no sentido de *assumptions*) necessários para a construção de uma abordagem que corresponda às opções e exigências inicialmente enunciadas.

No debate central sobre cultura política verifica-se frequentemente uma certa falta de clareza quanto ao papel dos pressupostos utilizados na definição dos modelos analíticos. Há três tipos de falhas que parece oportuno assinalar:

- Muitas vezes não se procede a uma distinção nítida entre, por um lado, o quadro conceptual - um conjunto interrelacionado de conceitos analíticos operacionais - e, por outro lado, a escolha e formulação de pressupostos básicos de natureza teórica. Via de regra a consequência é a "incorporação", geralmente implícita, de tais pressupostos na própria definição dos conceitos analíticos - que deste modo sofrem uma "sobrecarga" prejudicial à sua operacionalidade instrumental, e algumas vezes à sua consistência.

- Mais frequente ainda será porventura o caso de os pressupostos de uma dada perspectiva analítica ficarem sem identificação explícita.

- Ocasionalmente assiste-se a controvérsias onde a apreciação de determinadas abordagens analíticas é feita em função não delas próprias, mas em função de hipóteses empíricas que lhes são associadas nas obras de alguns autores.

Em todos estes casos trata-se de processos que dificultam sobremaneira a definição de um modelo analítico, especialmente quando este pretende ser uma abordagem limitada ao essencial, despojada de elementos não indispensáveis. A estratégia que aqui se propõe consiste por isso em distinguir, com todo o rigor, entre quadro conceptual e pressupostos/hipóteses, em reter como obrigatórios apenas alguns poucos pressupostos, e em considerar todos os demais pressupostos possíveis, e com mais forte razão todas as hipóteses empíricas, como não fazendo parte do modelo enquanto tal, mas de possíveis aplicações e operacionalizações do modelo. Neste sentido listam-se a seguir os pressupostos que se propõe considerar como essenciais.

(1) Um primeiro pressuposto diz respeito à génese das estruturas simbólico-ideológicas, referentes quer à cultura política, quer à cultura societal. Neste contexto, um pressuposto genérico - só aparentemente óbvio - será que todas elas são geradas socialmente, isto é, passam a existir através de processos de interacção social. Nesta perspectiva postula-se ainda uma tendência dos grupos sociais no sentido de desenvolverem padrões específicos - compartilhados pelos indivíduos que os compõem - de cultura societal e política. A coerência, saliência e durabilidade destes padrões deve, por um lado, ser considerada como um reflexo da existência/persistência de determinadas clivagens estruturais na sociedade sob exame; inversamente, estes padrões constituirão, ao mesmo tempo, um factor condicionante das mesmas clivagens.

(2) Deste pressuposto decorre um segundo, referente à durabilidade das estruturas simbólico-ideológicas. Uma vez que o processo de socialização, concretizado nas trajectórias individuais e colectivas, é de natureza permanente, resultam daí mudanças permanentes na cultura societal e política. O ritmo de tais mudanças é, porém, considerado como questão empírica: em dadas sociedades ou grupos sociais, padrões básicos de estruturas simbólico-ideológicas podem, em determinadas conjunturas históricas, constituir-se durante a infância e adolescência, permanecendo a partir daí relativamente inalterados, enquanto noutras sociedades (grupos sociais) e/ou noutras conjunturas históricas o processo pode ser inteiramente diferente, redundando, em casos extremos, até em repetidas transformações radicais das configurações iniciais.

(3) Ligado aos anteriores, um terceiro pressuposto é que não há necessariamente uma determinação directa das culturas política e societal pelas clivagens na estrutura social, e que esta determinação, a existir, não é nunca exclusiva. As *posições sociais subjectivas*, especialmente as identidades sociais, terão que ser vistas como mecanismos de mediação entre clivagens sociais "objectivas" e cultura política/societal. Esta mediação efectua-se em condições de considerável autonomia do pensamento social, podendo ir até uma "neutralização" de qualquer determinação directa. As hipóteses empíricas em relação

a estes aspectos, referidas a realidades sociais concretas, determinarão a escolha da unidade de análise de toda a investigação sobre cultura política: conforme o caso, esta unidade será constituída por um dado grupo social, ou por sociedades nacionais ou regionais.

(4) Um quarto pressuposto diz respeito à *individualização das culturas políticas*. A crescente fragmentação das sociedades "complexas", em termos de estruturas "objectivas" e posições subjectivas, obriga a pressupor uma justaposição cada vez mais acentuada, a nível do indivíduo, de lógicas parcelares do pensamento social, relativamente autónomas e, eventualmente, com um grau maior ou menor de incompatibilidade ou tensão (potencial ou manifesta)⁶⁵.

(5) Os pressupostos anteriores são completados por outro, a saber, que a cultura política é sempre *estruturada* em sentido amplo, mas não necessariamente de maneira rígida e coerente. Este pressuposto é extensivo à cultura societal cuja maior extensão e complexidade tornará, no entanto, uma coerência bastante mais difícil. Por este motivo, exclui-se qualquer determinação automática das partes da cultura societal pelo todo⁶⁶.

(6) Finalmente, pressupõe-se que a interrelação entre *cultura política* e a *esfera do político* - que, no sentido atrás definido, inclui o comportamento dos actores políticos - não pode ser considerada como "jogando" em sentido único. Por um lado, a cultura política constitui um factor que condiciona o comportamento dos indivíduos, grupos, organizações e instituições, embora não de maneira linear: em situações concretas, factores de outra ordem poderão assumir uma importância tal que a cultura política acaba por explicar apenas uma parte menor dos processos políticos. Por outro lado, a estrutura, funcionamento e eventuais transformações do sistema político devem simultaneamente ser vistos como "variáveis independentes" que moldam a cultura política numa medida maior ou menor.

É esta a lista dos pressupostos que fazem parte do modelo analítico formulado a partir dos debates referidos, e construído com a intenção heurística já assinalada. A todas as outras hipóteses que venham a ser consideradas como pertinentes, é atribuído o *status* de "não essenciais", no sentido de não serem constitutivas para o modelo. A aplicação deste modelo a realidades empíricas concretas permitirá ajuizar da sua utilidade e consistência, fornecendo, eventualmente, elementos para o seu aperfeiçoamento. Convém sublinhar que a adopção deste modelo não implica qualquer opção restritiva de ordem metodológica. Com efeito, se os promotores iniciais do estudo da cultura política favoreciam a técnica do inquérito, a história desta área ilustra bem a necessidade de recorrer a uma grande diversidade de métodos quantitativos e qualitativos, mutuamente complementares - uma possibilidade plenamente aberta pelo modelo aqui apresentado⁶⁷.

Notas

- 1 Da considerável literatura sobre o assunto, destacam-se Pridham 1984, O'Donnell/Schmitter/Whitehead 1986 e *Pensamiento Iberoamericano*, nº 14, 1988.
- 2 Esta dimensão é frequentemente incluída na análise da transição em Portugal, quer em estudos monográficos (exemplos: Opello 1985, Bruneau & Macleod 1986, Maxwell 1986b), quer em contribuições para colectâneas comparativas (exemplos: Campinos 1982, Maxwell 1986a), Oliveira, 1988) mas nunca por forma sistemática e aprofundada. A mesma constatação aplica-se a estudos feitos noutras perspectivas. Cf. os balanços em Heimer 1986b, Vala-Salvador 1986 e Viegas 1986b onde se retrata uma situação que, no essencial, se mantém inalterada.
- 3 Cf. Elkins & Simeon 1979.
- 4 Elaborado no quadro de um projecto de investigação sobre "cultura política em Portugal desde 1974", iniciativa comum do Arnold-Bergstraesser-Institut e do CIES, apoiada pela Volkswagen-Stiftung, o presente artigo constitui o resultado de um esforço desta índole. Uma versão anterior do texto foi apresentada à conferência internacional sobre "Actores político-sociais e cultura política em Portugal: Continuidades, rupturas e perspectivas desde 1974", Bielefeld/RFA, Zentrum für interdisziplinäre Forschung, 28 a 30 de Outubro de 1988. Agradecemos as sugestões recebidas dos participantes àquela conferência, nomeadamente Boaventura de Sousa Santos e Michael Vester.
- 5 A descrição apresentada nas alíneas seguintes limita-se a resumir um "estado de arte" detalhadamente analisado em balanços sucessivos como os de Chilcote 1981, Kaase 1983, Patrick 1984, Schemel 1985, Berg-Schlosser & Schissler 1987b.
- 6 Cf. Weber 1968, p: 158 onde a expressão politische Kultur não corresponde a um conceito analítico definido.
- 7 Cf. p.ex. Almond & Powell 1966/1978, Almond & Verba 1963, 1980, Pye & Verba 1965, Pye 1968, 1972/73.
- 8 Cf. p.ex. Macridis 1961, Beer & Ulam 1962, Lipset 1960, Easton 1965, Nettl 1967, Kavanagh 1972.
- 9 Cf. Heimer 1986a.
- 10 Cf. p.ex. Pateman 1971, Wiatr 1978, 1980, Reichel 1980, 1981, Kaase 1983, Gerstenberger 1981.
- 11 Cf. p.ex. Pateman 1971, 1980, Wiatr 1980, Dion 1981.
- 12 Cf. p.ex. Dion 1981, Elkins & Simeon 1979, Reichel 1981, Pateman 1971, 1980.
- 13 Cf. p.ex. Dias 1971.
- 14 Cf. o balanço em Almond & Verba 1980.
- 15 Exemplos são Kaase 1983 e Schemel 1985.
- 16 Exemplos recentes são Berg-Schlosser & Schissler 1987b, Fritzsche 1988, Gibbins 1989.
- 17 Um caso extremo de indefinição teórica é Rohrich 1983.
- 18 Cf. p.ex. Patrick 1984, Pappi 1986.
- 19 Cf. a ênfase posta neste postulado por Engell 1983.
- 20 Cf. p.ex. Taijfel 1982 e Moscovici 1984.
- 21 Cf. p.ex. Bourdieu 1977, 1980 e Verón 1979, 1981.
- 22 Cf. p.ex. Berger & Luckmann 1966.
- 23 Cf. p.ex. Geertz 1973.
- 24 Cf. p.ex. Schemel 1985, Iwand 1985, Viegas 1986a, Berg-Schlosser & Schissler 1987b.
- 25 Almond & Verba 1963, p. 30.
- 26 Cf. Elkins & Simeon 1979.
- 27 Pye 1968, p. 245.
- 28 Schemel 1985, p. 245.
- 29 Este entendimento consta da plataforma comum adoptada pela secção de cultura política da associação alemã de ciência política; cf. DVPW-Rundbrief 87, 1983, pp. 8/9. A nível internacional, a sua predominância é (a contragosto) confirmada em Patrick 1984.
- 30 Pye 1968, p. 7.
- 31 Cf. p.ex. Dion 1982, Badie 1983, Patrick 1984, Herman 1986.
- 32 Cf. p.ex. Lehman 1972, Reichel 1980, Fenner 1983, Gerstenberger 1981, Fagen 1969, Tucker 1973, White 1979, 1984.

- 33 Cf. p.ex. as críticas de Pateman 1971 a Almond & Verba 1963 e Almond & Powell 1966/78.
- 34 Cf. p.ex. Elazar 1970 e, mais ainda, Inglehart 1977 onde se encontra uma reflexão teórica limitada a alguns aspectos parcelares, nomeadamente valores.
- 35 Cf. p.ex. Adorno 1950, Bourdieu 1977, 1980, Evans-Pritchard 1976.
- 36 Cf. p.ex. Wiatr 1978, 1980.
- 37 Cf. Gerstenberger 1981.
- 38 Cf. p.ex. Barry 1970 e Pateman 1980.
- 39 Cf. p.ex. Badie 1983.
- 40 Cf. Schemel 1985. Já antes, defensores da teoria do *rational choice* tinham defendido a posição que os comportamentos dos indivíduos eram exclusivamente determinados pelos seus "interesses situacionais", pelo que era irrelevante a investigação de crenças, atitudes etc.; cf. p.ex. Rogowski 1974 e Popkins 1979.
- 41 Cf. a distinção entre "comportamento atitudinal" (principalmente determinado por atitudes etc.) e "comportamento situacional" (principalmente determinado por constelações situacionais) feita por Nuttin 1972 e utilizada em estudos como Fishbein & Aizen 1975.
- 42 Patrick 1984 oferece uma crítica desta terminologia, em termos de "lógica científica".
- 43 Estas categorias, originalmente propostas pelo historiador Fernand Braudel, foram introduzidas no debate sobre cultura política por Schemel 1985.
- 44 Cf. a discussão em Vala-Salvador 1986.
- 45 Cf. p.ex. Badie 1983 e Kavanagh 1984. A mesma dúvida foi levantada a propósito de outros "macro-conceitos", p.ex. o do "desenvolvimento político"; veja Heimer 1971.
- 46 Cf. Berg-Schlosser & Schissler 1987b.
- 47 Cf. Pateman 1971 e Dion 1981.
- 48 Veja, principalmente, Almond & Verba 1963, tentativa paradigmática destinada a estabelecer qual o padrão de cultura política mais adequado ao regime democrático.
- 49 Convém assinalar que esta posição diverge da inicialmente assumida pelo projecto em cujo quadro se elaborou o presente texto; cf. Heimer 1985.
- 50 Sobre o conceito de social thinking veja p.ex. Moscovici 1984.
- 51 Abrindo o caminho para a definição de um conceito analítico "utilizável", as opções apresentadas neste ponto tornam, ao mesmo tempo, o termo "cultura política" uma formulação algo infeliz, uma vez que esta combinação de palavras não sugere, necessariamente, o significado que lhe é conferido. Com efeito, e em virtude sobretudo da multiplicidade de sentidos em que se usa a palavra "cultura", o termo "cultura política" presta-se a todo o tipo de equívocos, como o demonstra, desde o início e até hoje, o debate internacional. Contudo, o uso do termo "cultura política" está hoje de tal modo generalizado que seria provavelmente irrealista propor a sua substituição. A melhor solução parece assim consistir em aceitá-lo como inevitável, utilizando-o, porém, estritamente no sentido específico que resulta das opções adoptadas.
- 52 cf. Bourdieu 1980, Geertz 1973.
- 53 Sobre o conceito de "representação social" cf. Moscovici 1984, sobre o de "estruturas simbólico-ideológicas" cf. Verón 1979. Ambos os conceitos apontam para o mesmo "espaço conceptual". A tradição almondiana fala, neste contexto, de "orientações", cf. Almond & Verba 1963 e Almond 1987.
- 54 Cf. Almond & Verba 1963, Almond 1987.
- 55 Cf. Verón 1979.
- 56 Cf. Cantor/Mischel/Schwarz 1982.
- 57 Como é óbvio, a construção da taxonomia aqui apresentada obedece muito preponderantemente a critérios de índole formal. Trata-se de uma opção deliberada, tomada a partir da constatação de que as taxonomias norteadas por critérios mais substantivos, propostas no debate atrás referido - p.ex. já a distinção de culturas políticas "subjectivas", "subordinadas" e "paroquiais" em Almond & Verba 1963 - são muito insatisfatórias, e que as investigações no quadro do projecto acima mencionado (nota 4) ainda não fornecem uma base suficientemente sólida para a formulação de alternativas.
- 58 No sentido de Geertz 1973, trata-se aqui da cultura *tout court*. De realçar que este autor não apresenta uma definição operacionalizada do conceito.

- 59 Esta perspectiva distancia-se, expressamente, das implícitas em certas abordagens tributárias de teorias sistémicas onde o "sistema político" é tratado como um espaço à parte da restante sociedade; cf. Oberndorfer 1971.
- 60 A utilidade deste critério não parece afectada pela discussão em curso sobre o Estado. Relativamente ao debate sobre Estado e esfera pública, cf. p.ex. *International Political Science Review* 7 (2) 1986.
- 61 Cf. neste contexto as abordagens articuladas em Bourdieu 1982 e Kreckel 1982.
- 62 Sobre a distinção entre inserções sociais "objectivas" (structural social locations) e posições sociais subjectivas (por analogia, subjective social locations), veja Scott 1988.
- 63 Sobre o conceito da identidade social cf. Tajfel 1982.
- 64 Cf. Vala/Monteiro/Lima 1987
- 65 Esta questão tem sido desenvolvida na discussão sobre o pós-modernismo; veja p.ex. Lipowetsky 1988.
- 66 Cf. a discussão em Converse 1966.
- 67 A maneira como esta perspectiva tem sido utilizada, no quadro do projecto acima referido (veja nota 4), para a análise da realidade portuguesa, é ilustrada por Viegas & Reis 1988, Andrade & Viegas 1989, Heimer (no prelo), Vala & Viegas (no prelo), Heimer/Vala/Viegas (no prelo).

Bibliografia

- ADORNO, Theodor et al, *The Authoritarian Personality*, Newark: Norton, 1950.
- ALMOND, Gabriel A., "Politische Kultur-Forschung: Ruckblick und Ausblick", in: Berg-Schlosser & Schissler 1987a, pp. 27-38.
- ALMOND, Gabriel A. & POWEEL, G. Bingham, *Comparative Politics: System, Process, and Policy*, Boston: Little, Brown & Co, 1966/1978.
- ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney, *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton University Press, 1963.
- ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney (orgs.), *The Civic Culture Revisited*, Boston + Toronto: Little, Brown & Co, 1980.
- ANDRADE, Madalena Nunes & VIEGAS, Susana Matos, "O campo semântico do político: crenças e atitudes em duas localidades portuguesas", comunicação apresentada ao IV International Meeting on Portugal, International Conference Group on Portugal, University of New Hampshire, Durham, 1989.
- BADIE, Bertrand, *Culture et politique*, Paris: Economica, 1983.
- BARRY, Brian M., *Sociologists, Economists, and Democracy*, Londres: Collier & Macmillan, 1970.
- BEER, H. & ULAN, A.B., *Patterns of Government*, Nova Iorque: Macmillan, 1962.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Paul, *The Social Construction of Reality*, Londres: Penguin, 1966.
- BERG-SCHLOSSER, Dirk & SCHISLER, Jakob (orgs.), *Politische Kultur in Deutschland: Bilanz und Perspektiven der Forschung*, Opladen: Westdeutscher Verlag, 1987a
- BERG-SCHLOSSER, Dirk & SCHISLER, Jakob, "Politische Kultur in Deutschland: Forschungsstand, Methoden und Rahmenbedingungen", in: Berg-Schlosser & Schissler 1987a, pp. 11-27.
- BOURDIEU, Pierre, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genebra: Droz, 1977.
- BOURDIEU, Pierre, *Le sens pratique*, Paris: Minuit, 1989.
- BRUNEAU, Thomas & MACLEOD, Alex, *Politics in Contemporary Portugal: Parties and The consolidation of Democracy*, Boulder, Col.: Lynne Rienner, 1986.
- CAMPINOS, Jorge, "La transición del autoritarismo a la democracia en la Europa del Sur: El ejemplo portugués", in: Santamaría 1982, pp. 151-197.

- CANTOR, N., Mischel, M., SCHWARZ, J., "Social Knowledge: Structure, Content, Use and Abuse", in: A. Hastorf & A. Isen (orgs.), *Cognitive Social Psychology*, Hillsdale: Erlbaum, 1982.
- CHILCOTE, Ronald H., "Theories of Political Culture: Collectivity and the New Person", in: id., *Theories of Comparative Politics: The Search for a Paradigm*, Boulder, Col.: Westview Press, pp. 217-269, 1981.
- CONVERSE, Philip E., "The nature of belief systems in mass publics", in: D.E. Apter (org.), *Ideology and Discontent*, Nova Iorque: Free Press, pp. 206-261, 1966.
- DIAS, Patrick V., "Der Begriff 'politische Kultur' in der Politikwissenschaft", in: Oberndorfer 1971, pp. 409-448, 1971.
- DION, León, "Jalons théoriques pour l'étude empirique des cultures politiques", *Canadian Journal of Political Science*, 14 (4), pp. 701-724, 1981.
- EASTON, David, *A Framework for Political Analysis*, Englewood Cliffs: Prentice-Hall; 1965.
- ELAZAR, Daniel, *Cities of the Prairie*, Nova Iorque: Basic Books, 1970.
- ELKINS, David & SIMEON, Richard, "A cause in search of its effect, or: What does political culture explain?", *Comparative Politics*, 11 (2), pp. 127-145, 1979.
- ENGELL, Karin, "Das Konzept 'politische Kultur': Sisyphusarbeit oder wissenschaftliche Akkumulation?", in: W. von der Ohe & W. Pritschner (orgs.), *Munchener Beiträge zur Entwicklungssoziologie*, Munique: Sozialforschungsinstitut, pp. 314-363, 1983.
- EVANS-PRITCHARD, E. E., *Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande*, Oxford: Clarendon, 1976.
- FAGEN, Richard, *The Transformation of Political Culture in Cuba*, Stanford: Stanford University Press, 1969.
- FENNER, Christian, "Politische Kultur", in: M. G. Schmidt (org.), *Westliche Industriegesellschaften*, Munique: Piper, pp. 342-351, 1983.
- FISCHBEIN, M. & AIZEN, I., *Belief, Attitude, Intention and Behavior*, Reading: Addison & Wesley, 1975.
- FRITZSCHE, Peter, *Die politische Kultur Italiens*, Francoforte + Nova Iorque: Campus, 1987.
- GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque: Basic Books, 1973.
- GERSTENBERGER, Heide, "Zur Ideologie eines kritischen Begriffs", *Politische Vierteljahresschrift*, 22 (1), pp. 117-122, 1981.
- GIBBINS, John R. (org.), *Contemporary Political Culture: Politics in a Postmodern Age*, Londres etc.: Sage, 1989.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, "Begriffe und Theorien der 'politischen Entwicklung': Bilanz einer Diskussion und Versuch einer Ortsbestimmung G.A. Almonds", in: Oberndorfer 1971, pp. 449-515, 1971.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, "Plano de um projecto de investigação sobre o tema 'Cultura Política em Portugal desde 1974'", manuscrito dactilografado, 1985.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, "Balanço de estudos empíricos sobre cultura política", manuscrito dactilografado, 1986a.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, "A cultura política em Portugal: Balanço das pesquisas em sociologia política", *Revista de Ciência Política*, 4, pp. 7-21, 1986b.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, "Saliências e omissões da cultura política da classe política: Uma nota de pesquisa", in: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século. Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Vol. II, Lisboa: Fragmentos, no prelo.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, VALA, Jorge, VIEGAS, José Manuel Leite, "Padrões de cultura política em Portugal: Atitudes face à democracia", *Análise Social*, no prelo.
- HERMAN, Margaret H., "What Is Political Psychology?", in: id. (org.), *Political Psychology*, San Francisco + Londres: Jossey Bass, pp. 1-10, 1986.
- INGLEHART, Ronald, *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton: Princeton University Press, 1977.
- IWAND, Michael, *Paradigma politische Kultur: Konzepte, Methoden und Ergebnisse der Political-Culture-Forschung in der Bundesrepublik*, Opladen: Leske + Budrich, 1985.
- KAASE, Max, "Sinn oder Unsinn des Konzepts 'politische Kultur' für die vergleichende Kulturforschung, oder auch: Der Versuch, einen Pudding an die Wand zu nageln", in: id. & H. D.

- Klingemann (orgs.), *Wahlen und politisches System*, Opladen: Westdeutscher Verlag, pp. 144-171, 1983.
- KAVANAGH, Dennis, *Political Culture*, Londres: Macmillan, 1972.
- KRECKEL, Reinhard, "Class, Status and Power? Begriffliche Grundlagen für eine politische Soziologie der sozialen Ungleichheit", *Kolner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 34 (4), pp. 617-648, 1982.
- LEHMAN, Edward, "On the concept of political culture: A theoretical assessment", *Social Forces*, 50, pp. 361-370, 1972.
- LIPSET, Seymour M., *Political Man: The social basics of politics*, Nova Iorque: Basic Books, 1960.
- LIPOWETZKI, Gilles, *A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa: Relógio d'Água, 1988.
- MACRIDIS, Roy, "Interest groups in comparative analysis", *Journal of Politics*, 23, pp. 30-43, 1961.
- MAXWELL, Kenneth, "Regime Overthrow and The Prospects for Democratic Transition in Portugal", in: O'Donnell/Schmitter/Whitehead, vol. 2, *Southern Europe*, pp. 109-137, 1986a.
- MAXWELL, Kenneth (org.), *Portugal in the 1980s: Dilemmas of Democratic Consolidation*, Nova Iorque: Greenwood Press, 1986b.
- MOSCOVICI, Serge, "The phenomenon of social representations", in: R.M. Farr & id. (orgs.), *Social Representations*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-69, 1984.
- NETTL, J. Peter, *Political Mobilization Analysis of Methods and Concepts*, Nova Iorque: Basic Books, 1967.
- NUTTIN, Joseph, "Changement d'attitude et role playing", in: S. Moscovici (org.), *Introduction à la psychologie sociale*, Paris: Larousse, pp. 11-58, 1972.
- OBERNDORFER, Dieter (org.), *Systemtheorie, Systemanalyse und Entwicklungslanderforschung: Einführung und Kritik*, Berlin: Duncker & Humblot, 1971.
- O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C., WHITEHEAD, Laurence (orgs.), *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*, 4 vol., Baltimore + Londres: Johns Hopkins University Press, 1986.
- OLIVEIRA, César, "Transição e consolidação da democracia em Portugal", *Pensamiento Iberoamericano*, nº 14, 1988, pp. 299-306.
- OPELLO, Walter C., *Portugal's Political Development: A comparative approach*, Boulder, Col.: Westview Press, 1985.
- PAPPI, Franz Urban, "Politische Kultur: Forschungsparadigma, Fragestellungen, Untersuchungsmöglichkeiten", in: M. Kaase (org.), *Politische Wissenschaft und politische Ordnung*, Opladen: Westdeutscher Verlag, pp. 279-291, 1986.
- PATEMAN, Carol, "Political culture, political structure and political change", *British Journal of Political Science*, 1, pp. 291-305, 1971.
- PATEMAN, Carol, "The Civic Culture: A philosophical critique", in: Almond & Verba, 1980, pp. 57-102.
- PATRICK, Glenda M., "Political culture", in: G. Sartori (org.), *Social Science Concepts*, Beverly Hills, Londres: Sage, 1984, pp. 265-314.
- PENSAMIENTO IBEROAMERICANO, "Transición y perspectivas de la democracia en Iberoamérica", nº 14, 1988.
- PRIDHAM, Geoffrey, (org.), *The New Mediterranean Democracies: Regime Transition in Spain, Greece, and Portugal*, Londres: Cass, 1984.
- POPKIN, S., *The Rational Peasant: the political economy of rural society in Vietnam*, Berkeley, Cal.: University of California Press, 1979.
- PYE, Lucian W., "Political culture", in: D.L. Sills (org.), *Internacional Encyclopedia of the Social Science*, vol. 11, Nova Iorque: Macmillan, 1968, pp. 218-224.
- PYE, Lucian W., "Culture and political science: Problems in the evaluation of the concept of political culture", *Social Science Quarterly*, 53, 1972/73, pp. 285-296.
- PYE, Lucian W. & Verba, Sydney (orgs.), *Political Culture and Political Development*, Princeton: Princeton University Press, 1965.
- REICHEL, Peter, "Politische Kultur - mehr als ein Schlagwort? Anmerkungen zu einem komplexen Gegenstand und fragwürdigen Begriff", in: *Politische Vierteljahresschrift*, 21(4), 1980, pp. 383-399.

- REICHEL, Peter, *Politische Kultur in der Bundesrepublik*, Opladen: Leske, 1981.
- ROGOWSKI, R., *Rational Legitimacy*, Princeton: Princeton University Press, 1974.
- ROHRICH, Wilfried, *Die verspätete Demokratie: Zur politischen Kultur der Bundesrepublik*, Colónia: Diederichs, 1983.
- SANTAMARIA, Julián, *Transición a la democracia en el Sur de Europa y América Latina*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociales, 1982.
- SCHEMEIL, Yves, "Les cultures politiques", in: M. Gratzitz & J. Leca (orgs.), *Traité de Science Politique*, vol. 3, Paris: Presses Universitaires de France, 1985, pp. 237-307.
- SCOTT, Alan, "Imputing beliefs: A controversy in the sociology of knowledge", *Sociological Review*, 36 (1), 1988, pp. 31-56.
- TAJFEL, Henri, *Human Groups and Social Categories*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- TUCKER, R.C., "Culture, political culture, and Communist society", *Political Science Quarterly*, 88 (2), 1973, pp. 171-190.
- VALA-SALVADOR, Jorge, "Perspectivas psico-culturais e psico-sociais no estudo das culturas políticas da sociedade portuguesa", *Revista de Ciência Política*, 4, 1986, pp. 23-35.
- VALA, Jorge & VIEGAS, José Manuel Leite, "Padrões de valores sócio-políticos em meios urbanos", in: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século. Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, no pre lo.
- VALA, Jorge, MONTEIRO, Maria Benedicta, LIMA, Luisa, "Conflitos intergrupais em contexto organizacional", *Análise Social*, 23 (5) 99, 1987, pp. 801-818.
- VERON, Eliseo, *La production de sens*, Paris: Minuit (port. A produção de sentido, São Paulo: Cultrix, 1980), 1979.
- VERON, Eliseo, *Construire l'évènement*, Paris: Minuit, 1981.
- VIEGAS, José Manuel Leite, "Revisão crítica da literatura sobre cultura política"; manuscrito dactilografado, 1986a.
- VIEGAS, José Manuel Leite, "Culturas e comportamentos políticos em meios sociais de predominância rural: Revisão crítica de literatura sobre Portugal", *Revista de Ciência Política*, 4, 1986b, pp. 37-48.
- VIEGAS, José Manuel Leite & REIS, Manuela, "Campeinado e regime político: uma cultura política em transformação", *Sociologia: Problemas e práticas*, 5, 1988, pp. 79-105.
- WEBER, Max, *Wissenschaftslehre*, Tubinga: Beck, 1968.
- WHITE, Stephen, *Political Culture and Soviet Politics*, Londres, 1979.
- WHITE, Stephen, "Political culture in Communist states", *Comparative Politics*, 1984.
- WIATR, Jerzy, "The 'Civic Culture': A marxist reassessment", *Polish Round Table*, 8 1979, pp. 5-15.
- WIATR, Jerzy, "the civic culture from a Marxist sociological perspective"; in: Almond & Verba 1980, pp. 103-123.